



## DISSÍDIO COLETIVO 2003 (32,97%) PROCESSO Nº 0107400- 39.2005.5.01.0004

O Juiz da 4ª Vara do Trabalho decidiu pela homologação dos cálculos elaborados em separado de meia dúzia de reclamantes, participantes do processo, que estavam com a base de cálculo incorreta. Essa decisão não altera o curso do processo nem os cálculos dos demais a serem homologados.

## REINTEGRAÇÃO EM 01/07/2014 PROCESSO INDIVIDUAL DO SIMERJ

Foi reintegrado um empregado da RIOTRILHOS que havia sido demitido em 2010. Apesar de seu nome constar em um processo coletivo, a sua reintegração se deu por um processo individual e pelo fato de, na época, encontrar-se de licença médica e não ter feito a homologação da sua rescisão contratual.

## OS BALANÇOS CONTÁBEIS DOS ANOS 2012/2013

A Diretoria do Sindicato comunica que o balanço contábil do ano encerrado em 31/12/12, e também a documentação referente ao ano de 2013, estão à disposição do Conselho Fiscal, e logo que sejam analisadas por esse Conselho, poderemos convocar a Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas referentes aos dois primeiros anos de nossa gestão.

Lembramos que estatutariamente o Conselho Fiscal, que é composto por seis membros, tem autonomia de atuação, pois é eleito em uma votação que acontece no mesmo processo que escolhe a diretoria, porém em votação separada, não podendo ser convocado pela Diretoria do Sindicato para reunir-se.

## ANDAMENTO DO ACORDÃO

A comissão que trata dos processos relativos ao ACORDÃO, junto ao escritório contratado, já realizou várias reuniões onde foram passadas diversas informações em relação ao histórico dos processos e outras que podem ser úteis para o seu andamento. O escritório ainda não teve acesso a dois dos cinco processos, pois se encontram com a parte ré (empresa/ PGE) que, apesar do pedido de busca e apreensão não foi devolvido até a presente data. É necessário o acesso aos autos para o andamento jurídico. Por outro lado tem sido feito pelo escritório contatos junto ao governo no sentido de achar solução para a construção de um acordo.

## O Simerj se solidariza com a luta pela readmissão dos 42 Metroviários de SP

Durante o período do Acordo Coletivo dos Metroviários de SP, aconteceu a maior greve da história da categoria. Foram cinco dias de enfrentamento com o governo Alckmin, onde covardemente foram demitidos 42 metroviários, na tentativa de calar os trabalhadores que lutavam por seus direitos, tentando criminalizar a greve. Não bastasse, a justiça bloqueou as contas do sindicato, fatos só vistos na época da Ditadura. O nosso sindicato está buscando realizar eventos em prol dos metroviários paulistas para garantir o pagamento dos salários dos demitidos até a reversão das demissões dos mesmos. Estamos pedindo Audiência Pública na ALERJ e o apoio dos deputados fluminenses; reversão dos valores arrecadados no Queijos e Vinhos, além de nos disporem a ajudar no que for possível

durante o período do Acordo Coletivo dos Metroviários de SP, aconteceu a maior greve da história da categoria. Foram cinco dias de enfrentamento com o governo Alckmin, onde covardemente foram demitidos 42 metroviários, na tentativa de calar os trabalhadores que lutavam por seus direitos, tentando criminalizar a greve. Não bastasse, a justiça bloqueou as contas do sindicato, fatos só vistos na época da Ditadura. O nosso sindicato está buscando realizar eventos em prol dos metroviários paulistas para garantir o pagamento dos salários dos demitidos até a reversão das demissões dos mesmos. Estamos pedindo Audiência Pública na ALERJ e o apoio dos deputados fluminenses; reversão dos valores arrecadados no Queijos e Vinhos, além de nos disporem a ajudar no que for possível

apoiando a causa dos metroviários demitidos de SP. Seja solidário com a luta dos dos Metroviários demitidos. Abaixo a conta para depósito: Caixa - Ag. 1.655-1- Op. 003- c/c 00.848-5 (Federação Nacional dos Metroviários) que fará o repasse.



# LINHA DIRETA



Publicação Oficial do SIMERJ - Gestão 2012/2014 - Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 - 03/07/2014 Nº9

Rua Santa Amélia, 41 - Praça da Bandeira - CEP. 20260-030 - Rio de Janeiro



## ACORDO COLETIVO RIOTRILHOS 2014

Enviamos à RIOTRILHOS, mais uma vez nossa pauta de reivindicação para as negociações do Acordo Coletivo, apesar de toda a nossa descrença em relação à vontade política do governo em negociar, pois são vários anos sem que aconteça algum tipo de negociação ou uma mínima reposição salarial, afrontando todos os princípios legais, constitucionais, éticos e morais por parte dos seguidos governos que, quando estão em nossa frente ou nos seus discursos eleitoreiros rasgam elogios a nossa capacidade técnica e que somos importantes para o desenvolvimento da cidade. Os administradores da empresa seguem a risca as orientações dos governos, praticando todos os tipos de absurdos, inclusive de or-

dem legal quando, mantendo uma folha de pagamento com salários inferiores ao mínimo estabelecido na constituição federal e contraditoriamente ao estabelecido no decreto estadual do Governador do Estado que determina que: "as negociações coletivas nas empresas estatais devem ser iniciadas 60 dias antes da data base e se não houver acordo deverão pedir o julgamento do dissídio". Ficamos sem saber se o Governador assinou-o sem ler ou se estava apenas fazendo retórica política com o tal decreto, pois nos quase oito anos de seu governo, não houve sequer uma negociação, nem tão pouco foi permitido à instauração de dissídio. Por outro lado esse mesmo governo permite que a direção da

empresa sem o menor pudor reajusta seus próprios honorários que, deram um salto de R\$ 2.400, no último governo (encerrado em 2006), para R\$ 7.000 e neste ano já pulou para R\$ 17.000. Pode até ser legal, pois é baseado noutro decreto do mesmo governador, que neste caso é cumprido, mas é absurdamente imoral, principalmente quando comparamos com os não reajustes dados aos seus trabalhadores que estão na empresa, em média há 30 anos. Fica a seguinte dúvida: se os empregados não são importantes, portanto não fazem jus a salários decentes, então como a diretoria desses empregados 'sem importância' pode ter tanta importância para ter esse reajuste todo?

## COM OS EXTRAQUADROS A REALIDADE É OUTRA!

É importante ressaltar que está sendo criado um quadro extra de nomeados não empregados e de capacidade duvidosa, que não conhecem a empresa, mas com gratificações muito mais altas que

as dos demais chefes e gerentes. Outro absurdo é o crescente esvaziamento das atribuições que vem acontecendo, através da terceirização de suas principais funções, e a contratação de empresas por

valores que são verdadeiros absurdos, chegando ao cúmulo de contratar uma empreiteira para fiscalizar a outra é como "colocar a raposa para tomar conta do galinheiro."

## CABRAL, O SARNEY CARIOCA

O Sergio Cabral passou 8 anos presidindo a Alerj e respaldou todo o processo de privatização das estatais, inclusive o METRÔ; diziam que o Estado de-

veria investir em outros setores e não em transportes. Durante seus 8 anos como governador, investiu e subsidiou as empresas privatizadas. Resumindo:

são 16 anos de puro sofrimento para toda a categoria e a população fluminense e alegria e felicidade total das empreiteiras e concessionárias amigas.



## OS METROVIÁRIOS DA RIOTRILHOS E O ATUAL GOVERNADOR

Em setembro de 2012, no primeiro ano de nossa gestão estivemos com o Vice-Governador, e hoje Governador Luiz Fernando, que nos recebeu muito bem. Os pontos principais do encontro eram: demissões na RIOTRILHOS; defasagem salarial por falta de reajustes há mais de 10 anos; e o enorme passivo trabalhista existente em função dos dissídios coletivos acumulados de 1998, e de 2000 até 2003 que na época representavam algo em torno de R\$ 300 milhões. Disse o Vice, na época, que estranhava as demissões, pois achava que o quadro profissional metroviário capacitado e inclusive havia alguns cedidos à sua Secretaria (Obras) que trabalhavam muito bem, inclusive nos contou como fizera como Prefeito em Pirai para não ter que demitir vários empregados terceirizados na gestão anterior à sua. Em relação ao passivo trabalhista pediu que atualizássemos os valores e pensássemos em algum tipo de proposta para que ele pudesse levar ao Governador para uma solução de pagamento; chegamos a falar em algum tipo de parcelamento, onde o valor mensal seria o equivalente aos juros/correção acumulados mensalmente, o que significaria dizer que o Estado deixaria de contabi-

lizar/acumular em seu passivo (os valores do Balanço Geral da RIOTRILHOS fazem parte do Balanço Corporativo do Estado do RJ) e aumentaria a sua capacidade de endividamento entre outras vantagens, isto é, poderia conseguir mais crédito junto à União e outras instâncias, inclusive internacionais. Lembramos esse momento otimista para dizer que, em 2013, conseguimos que os cálculos do passivo trabalhista relativo aos Dissídios Coletivos fossem atualizados, até maio/2013, num total de R\$ 320 milhões e, posteriormente auditados por uma empresa de auditoria independente contratada pela RIOTRILHOS, em licitação, que deu um parecer a respeito, confirmando a veracidade e legalidade dos valores. De nossa parte, contratamos um contador para verificar a correção da metodologia desses cálculos sob a ótica do trabalhador que os confirmou; em seguida o submetemos à assembleia que deliberou pelo seu encaminhamento à negociação com os órgãos competentes. A partir daí procuramos a Presidenta da empresa e o Secretário de Transportes que não deram nenhum tipo de solução; procuramos então, através de diver-

sos contatos políticos o Vice e também o Governador, mas não obtivemos êxito até agora. Esgotada a paciência da categoria ela decidiu em Assembleia pela contratação de um escritório de advocacia com condições, a princípio, de resolver a situação de maneira menos demorada, com uma cláusula de êxito de 15% que significa que ele só receberá após recebermos. Recentemente em entrevista ao Jornal O DIA, o Governador perguntado sobre a RIOTRILHOS afirmou que era um cabide de empregos e que havia um enorme passivo impagável. Estranhamos essas declarações que são totalmente contraditórias em relação ao dito em 2012 e mostram a metamorfose do então Vice e Secretário para a sua atual situação de Governador que já começa, infelizmente para nós, de maneira muito ruim e nos levando a se não perder, diminuir a esperança de uma solução negociada de receber o que temos direito e agora somos forçados a abrir mão de uma parte para poder ver renascer a esperança de receber em vida o que há tantos anos esperamos.

## METROVIÁRIOS NA EXPECTATIVA DO AUMENTO DE 25%

Em relação a um aumento que desde meados do ano passado a categoria reivindicou e que foi requerido pelo secretário de transportes e aberto um processo na época e negado pelo governador, foi publicada no Diário Oficial do dia 17, uma autorização nos termos da proposta do Secretário de Estado

de Planejamento e Gestão - SEPLAG, referente ao processo. Temos informações que a proposta da SEPLAG estabelece um percentual de 25% de aumento dividido em três vezes: Julho de 2014; janeiro e julho de 2015. Moral da história: esse é um ano eleitoral e há quem acre-

dite que as possibilidades aumentam e há os que acham que diminuem, mas uma coisa é certa: nós temos uma possibilidade democrática de, através do voto universal, mudar um pouco o que está aí ou dar continuidade, pelo menos, pelos próximos quatro anos seguintes.



## E A LINHA 4 DO METRÔ RIO? MAIS UM ABSURDO!



Na sequência dos absurdos o que parecia ruim ficou muito pior. Todo processo da linha 4 é extremamente complicado a começar pelo traçado atual que não constou da licitação e não tem nada a ver com o de hoje. O preço então nem se fala. O consórcio Rio Barra que venceu a primeira licitação foi chamado pelo governo e obrigado a fazer uma composição com a METRÔRIO e se tornarem sócios para atender ao novo traçado imposto pelo governo e desaconselhado pelos técnicos independentes e decentes, onde a linha 4 é um prolongamento da linha 1. O projeto em curso fez com que a estação General Ozório - Ipanema ficasse fechada por mais de um ano. Por quê? Tiveram que fazer uma nova

estação ao lado. Fizeram General Ozório, que custou aos cofres do Estado mais de R\$ 460 milhões, como se fosse o fim da linha, quando até os ratos que circulam pelos túneis sabiam que não seria. A linha 4, cujo traçado Gal. Ozório - Jardim Oceânico, inicialmente com 13,5 km a um custo de R\$ 9 bi, só em obras civis, após muita briga da sociedade organizada que fez o o governo recuar e incluir a Estação Gávea no projeto passando o traçado para 16 km, o que dá R\$ 562 milhões por km só em obra civil. O governo comprou por R\$ 100 milhões o chamado "tatuzão" e deu de presente para a empreiteira amiga operar, mas ao que parece

não o fez com os cuidados e precauções necessárias e o resultado é o afundamento do solo, atrasos, maior custo e outros transtornos que, com certeza serão arcados por toda a população do estado, pobre ou não, morando Ipanema ou em Bom Jesus de Itabapoana, todos pagarão. Como o "tatuzão" foi desenvolvido para operar em solo firme, principalmente em rocha, quando atingiu o solo de pouca consistência, aréola, começaram a acontecer os problemas como o afundamento de solo, rachaduras de muros e prédios, causando grande inquietação a toda vizinhança. Até a presente data não houve por parte da empreiteira um esclarecimento a sociedade do por que do problema.



O Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu a repercussão geral da matéria referente à desaposentação. Ocorre que o Advogado Geral da União - AGU, tem tentado sensibilizar os Ministros do Supremo no sentido de reconhecer o direito, somente em relação àqueles que ingressaram e estão com ação na Justiça. Desaposentação significa que o segurado renuncia ao direito do benefício "x" e reivindica o benefício "x mais y" por ser mais vantajoso, ou seja, ele pede para que todos os salários de

contribuições implementados após a concessão da aposentadoria sejam considerados no recálculo de uma nova aposentadoria. O segurado não perde o direito de continuar recebendo o atual benefício, tampouco é obrigado a devolver os valores já recebidos, portanto, para isso se faz necessário pegar o Cadastro Nacional de Informação Social - CNIS junto ao INSS relativo aos salários de contribuição que constam no mesmo após o ato de concessão, juntamente com

a carta de aposentadoria que com os salários que foram utilizados no cálculo. Faça o cálculo e veja se vale a pena ingressar com ação judicial. O cálculo é imprescindível para verificarmos aonde deverá ser ajuizada a ação, pois se ultrapassar 60 salários mínimos a competência judicial. No cálculo deverão constar as diferenças dos últimos cinco anos, pois existe viabilidade jurídica de se postular valores retroativos. Os interessados deverão procurar o nosso jurídico e marcar uma audiência com o advogado.

## DESAPOSENTAÇÃO

## FUNDO DE GARANTIA DO PROCESSO 3,88%

Finalmente foi possível concluir as exigências burocráticas feitas pela Caixa Econômica para que a ela possa creditar nas contas dos beneficiários ativos da empresa, os valores de direito de cada um dos assistidos no processo. Estamos em constante contato com Caixa para que ela defina a data do depósito.